

# **Grande Imprensa como Aparelho Privado de Hegemonia: Ambigüidades e Contradições do Discurso Ideológico<sup>1</sup>**

Francisco Fonseca<sup>2</sup>

(Fundação Getúlio Vargas de São Paulo)

Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisa de Jornalismo, no XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

## **Resumo**

A comunicação objetiva analisar o papel dos principais jornais brasileiros – *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* – quanto ao debate sobre a introdução das idéias neoliberais no país durante o Governo Collor. Estas idéias são sintetizadas numa Agenda ultraliberal, assim definida devido à radicalidade de seus diagnósticos e proposições. Por meio de editoriais, sobretudo, mas também de matérias e da opinião de colunistas, observou-se como os jornais apoiaram o Plano Collor, assim como, sobretudo, sua agenda. A imagem de “modernidade” – sinônimo de “reformas orientadas para o mercado” – veiculou tanto a forma de atuação como o conteúdo das posições dos periódicos. Estes forjaram, dessa forma, o consenso acerca das idéias ultraliberais que, por seu turno, produziram enormes impactos na sociedade brasileira.

## **Palavras-chave**

Jornalismo impresso; representações sociais; ultraliberalismo; ideologia; hegemonia.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisa de Jornalismo, no XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Francisco C. P. Fonseca é mestre em Ciência Política pela Unicamp, doutor em História pela USP e professor de ciência política da FGV/SP. Além de diversos artigos em revistas acadêmicas e capítulos em livros, é autor do livro *O Consenso Forjado – a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 2005.

## Introdução

Durante o Governo Collor (1990-1992), cuja ação política foi marcada pela reversão do modelo desenvolvimentista, que fora substituído paulatinamente pelo que chamaremos de *Agenda Ultraliberal* – previsões radicalizadas voltadas à abertura dos mercados nacionais, privatização em larga escala e vinculação aos mercados internacionais, entre diversos outros aspectos –, objetiva-se, neste trabalho, analisar as posições da grande imprensa diária brasileira (os jornais *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S. Paulo*<sup>3</sup>) no sentido de verificar seu papel perante esse processo.

Os referidos jornais são assim definidos aqui: a) como “aparelhos privados de hegemonia” (segundo a clássica definição de Antonio Gramsci), pois objetivam, em maior ou menor medida, *dirigir* os rumos de uma dada sociedade por meio da influência nos sistemas decisórios, da “organização” das classes sociais e da formulação da Agenda, isto é, do que é relevante discutir; b) como empresas capitalistas que objetivam o lucro, como quaisquer outras empresas, mas que sua mercadoria, a notícia, se distingue de outras mercadorias, pois seu impacto é sutil e, por vezes, definidor de situações concretas, caso da reversão do modelo brasileiro no Governo Collor; c) em determinadas situações, como “intelectuais orgânicos”, espécies de “partidos políticos”, tendo em vista os embates que se envolve e o intuito de definir os termos do debate e, uma vez mais, da Agenda do país. Nesse sentido, os editoriais definem tanto a linha ideológica como editorial de todo o periódico, estabelecendo limites ao próprio trabalho de seus profissionais, sobretudo os jornalistas<sup>4</sup>.

Por fim, é importante observar como a grande imprensa aqui analisada atua nessas conjunturas marcantes, pois suas posições podem influenciar tanto seus leitores – embora jamais de forma autômata – como os sistemas decisórios. Daí sua importância crucial, o que afeta a própria noção de democracia. Dados esses elementos, este

---

<sup>3</sup> Como citaremos profusamente estes jornais, os abreviaremos da seguinte forma: *O Globo* = *OG*, *Jornal do Brasil* = *JB*, *Folha de S.Paulo* = *FSP* e *O Estado de S. Paulo* = *OESP*.

<sup>4</sup> Embora o editorial seja o espaço formal para a opinião dos donos do periódico, sua função vai muito além, pois, em primeiro lugar, não há – diferentemente do que quer fazer crer a grande imprensa – uma separação rígida entre opinião e notícia. Ambos os estilos jornalísticos se misturam e confundem-se. Em segundo lugar, a função dos editoriais, além de posicionar formalmente a opinião do jornal (no caso), orienta ideologicamente a postura do periódico como um todo, assim como de seus jornalistas, o que não impede, por seu turno, a existência de contradições e mesmo de discordâncias de parte de seus profissionais. Em terceiro lugar, os donos dos jornais vêm possuindo, progressivamente, um poder muito maior sobre o resultado final das notícias graças aos sofisticados métodos informacionais e gerenciais introduzidos, além da existência de “Manuais de Redação e Estilo” que funcionam como marcadores ao trabalho jornalístico. Por fim, é importante ressaltar os controles – funcionais e ideológicos – exercidos sobre as chefias das editorias de um jornal. A homogeneização do trabalho jornalístico, no interior de um periódico, já foi comparada às Forças Armadas, dadas a disciplina e hierarquia exigidas.

trabalho – que se baseia em pesquisa cujos resultados foram publicado no livro *O Consenso Forjado: a grande imprensa e a formação da Agenda Ultraliberal no Brasil* – se inscreve necessariamente numa confluência de saberes: a *comunicação*, em razão dos veículos estudados serem os jornais; a *ciência política*, devido à discussão do poder ideológico e do tema da hegemonia; a *economia*, pois a Agenda Ultraliberal foi fortemente marcada por temas que afetaram o modelo de produção; e a *história*, em razão da análise de fenômenos, nacionais e internacionais, que se conjugam. Especificamente quanto ao jornalismo, tem-se como objeto o jornalismo impresso, pois seus veículos refletem representações sociais, o que implica analisar a própria linguagem jornalística que, na conjuntura em foco – referente ao início da década de 1990 – mostrou-se fortemente confluyente pró ultraliberalismo e reativa a vozes contrárias.

### **A Grande Imprensa e o Plano Collor: ambigüidades do discurso ultraliberal**

No Brasil, diferentemente do que ocorreu em diversos outros países, a *Agenda ultraliberal* não se tornou hegemônica nos anos 1980, e sim apenas a partir do Governo Collor (empossado em 1990). Apesar da brevidade de sua gestão (três anos incompletos), a referida Agenda fora pautada pelos grandes temas do receituário ultraliberal: abertura da economia, privatizações, forte discurso contrário à intervenção do Estado na economia – apesar do brutal choque econômico aplicado e do estilo truculento do presidente<sup>5</sup> –, desproteção ao Trabalho e ao Capital nacional, dentre outros. É inegável que o estabelecimento do chamado “Consenso de Washington”, um ano antes, contribuiu para tanto.

Durante o Governo Collor houve importantes reposicionamentos dos periódicos tendo em vista suas posições anteriores. Mas o quarteto confluuiu, uníssono, ao apoio à Agenda ultraliberal representada por Collor. É fundamental afirmar que as diferenças – de posicionamento no mercado editorial, de filiação doutrinária, de atuação político/ideológica, dentre outras – não impediram a existência de uma concordância

---

<sup>5</sup> Características aliás observáveis em diversos outros países, o que implica possivelmente num *modus operandi* dos governos de alguma forma informados pelo ultraliberalismo.

integral, o que é espantoso em se tratando de uma imprensa que afirma a importância do pluralismo.

Especificamente quanto ao Governo Collor, como os periódicos apoiaram, direta ou indiretamente, sua candidatura, sobretudo no segundo turno, sua vitória foi vista como a grande chance de se implementar a Agenda em tela. Nesse sentido, os quatro jornais viram com grande otimismo a possibilidade tão requisitada de o Brasil inserir-se na “onda modernizante” (espécie de mito espalhado cotidianamente) que estaria varrendo o mundo.

Nos cerca de três meses que antecederam a posse de Collor, a grande imprensa demandou por um choque na economia, com o objetivo primordial de estancar a hiperinflação; para tanto, a implementação da Agenda ultraliberal seria ao mesmo tempo meio e fim, pois os fatores conjugados desta Agenda levariam à queda da inflação, dado que acabariam com o *déficit* público.

Quando o Plano Collor fora decretado, em maior ou menor grau todos os jornais o apoiaram. Em verdade, muitas vezes os periódicos reclamaram da lentidão e das ambigüidades na implementação da agenda liberal, comparando, para tanto, de forma ostensiva o que estava ocorrendo nos outros quadrantes do mundo, do leste europeu à América Latina.

Quanto aos posicionamentos e reposicionamentos dos jornais, é interessante notar que o *JB* se transformará em “governista” no Governo Collor (o que é curioso dada sua adesão programática ao ultraliberalismo), tomando, de certa forma, o lugar de *OG* – que não perdera esta característica, mas ficará um pouco mais crítico do que o *JB*, por paradoxal que seja esta situação. O *JB*, portanto, considera que a missão da candidatura Collor seria a “modernização”, pois: “O conceito de modernização que ele defendeu, ao longo de toda a campanha, está indissolivelmente ligado ao que se entende como desestatização.” (*JB*, 08/02/90). Dessa forma, a bandeira desestatizante, inserida no interior da Agenda ultraliberal, será fortemente demandada por toda a grande imprensa, caso do *JB*, que considerou a decretação do Plano Collor a “Última Oportunidade” – título sintomático do primeiro editorial a comentar as medidas – para o país estabilizar sua economia, pois:

“Ou o Brasil realiza de uma vez seu *saneamento econômico e moral*, ou o país vai terminar este século diante de gravíssimos problemas sociais e políticos. (...) O pacote baixado (...) reúne o melhor das experiências dos três últimos choques econômicos, temperados por fortíssimos ingredientes ortodoxos nas áreas fiscal e monetária, e pelo

liberalismo gradualista na abertura do comércio exterior.” (*JB*, 17/03/90, ênfases nossas).

Como se observa, este choque na economia é visto como portador de um papel transformador, uma espécie de “divisor de águas”, a ponto de representar um saneamento não apenas econômico, mas também “moral”: balizamentos de uma sociedade de mercado, aqui subvertida em razão do intervencionismo histórico. Daí o apoio vigoroso do jornal.

Mas em razão, aparentemente, do entendimento de que o Governo Collor, *mesmo que pela via autoritária*, implementaria a Agenda ultraliberal, é que se pode compreender o novo papel, “governista”, do *JB*. Afinal, para o *JB*: “O presidente está tirando partido da coerência: da retórica liberal à prática da liberdade, a distância começou a encurtar.” (19/03/90). Embora a experiência dissesse o contrário, o jornal se propôs a, de fato, pressionar para o referido encurtamento.

Para *OG* – que, reitere-se, não perdera sua postura “governista”, embora tivesse mostrado preocupação com certos “excessos” do Plano Collor –, a posse do novo presidente seria, por si só, em razão das bandeiras “modernizantes” que defendera, um acontecimento histórico no Brasil, pois: “Ao transformar o discurso em ação, (...) o Presidente procedeu a uma emancipação do cidadão brasileiro tanto no campo econômico como no campo cultural (...)” (*OG*, 18/03/90). Como se vê, *OG* e o *JB* dizem praticamente a mesma coisa quanto ao significado do Governo Collor. No que tange ao Plano Collor:

“(...) ele tanto representa um choque, de violência jamais vista no País, como é tecnicamente correto. Tem tudo para dar certo, e precisa dar certo – pois não há alternativa a não ser o caos. (...) [Contudo,] (...) a empresa jogada na falência [em razão da recessão e do confisco da moeda – FF] por não ter como honrar sua folha de pagamentos lançará no desemprego todos os seus funcionários (...)” (*OG*, 22/03/90).

Já a cabotina *FSP* fez questão, antes da posse de Collor, de reafirmar suas desconfianças para com o seu governo. Em verdade, tal ceticismo é resultante de seu projeto editorial, que procura passar a imagem de um jornal “independente e apartidário” – com isso, seus apoios e vetos são justificados como se fossem causas “incontestes”, defendidas em nome do “bem-comum”. Assim diz o jornal sobre si mesmo em relação a Collor: “Esta Folha manifestou reiteradas vezes suas críticas, seu ceticismo, sua desconfiança mesmo diante da candidatura (...) Collor. O seu governo

parece, mais do que nunca, uma incógnita (...)” (*FSP*, 15/03/90). Aparentemente, a invasão da Polícia Federal à sede do jornal, ordenada por Collor – episódio hipervalorizado pela *Folha* –, guarda íntima relação com estas críticas da *FSP* à figura de Collor e conseqüentemente ao seu governo. O cabotismo do jornal pode ser comprovado cabalmente no editorial de primeira página publicado cerca de dois meses antes da posse de Collor, denominado “Choque de coragem”, assim como numa série de editoriais que faziam referência a este: todos tinham o objetivo de *orientar* as ações do novo governo ao *formular os termos* da Agenda liberal<sup>6</sup>. Especificamente quanto ao Plano Collor, manifestou forte apoio, embora ressalvasse que o setor público fora menos penalizado do que o setor privado – esta crítica, a rigor, fora realizada por toda a grande imprensa, com maior ou menor intensidade dependendo do órgão, o que por si só demonstra uma visão similar. Para a *FSP*:

“(…) O plano (...) surpreende pelo seu impacto inaudito, pela sua extrema violência. Realiza o mais brutal e imprevisível ajuste de liquidez de que se tem notícia na história brasileira (...) Essa circunstância (...) não compromete contudo as linhas gerais de um programa que se mostra adequado, pela própria radicalidade, à situação desesperadora em que se encontra a economia brasileira.” (17/03/90).

Portanto, a *FSP*, que vinha solicitando um forte choque na economia em razão da perspectiva hiperinflacionária, apóia o Plano Collor por entender não restar outra alternativa ao país. A forma de viabilizá-lo – a forte intervenção do Estado, via congelamento e confisco – é aceita em razão dos objetivos maiores do Plano: a estabilização da economia e a constituição da hegemonia liberal. O apoio da *Folha* é tão intenso, inicialmente, que mesmo as inconstitucionalidades contidas nas medidas econômicas não seriam suficientes, para o jornal, para que fossem derogadas no Supremo Tribunal Federal, ou no Congresso Nacional, pois deveriam simplesmente aprová-las. Afinal:

“O Plano Collor faz recair sobre o Congresso e o Judiciário responsabilidades cruciais. Não há exagero em dizer que o país não resistirá, do ponto de vista econômico, político e institucional, a uma

---

<sup>6</sup> Os diversos editoriais decorrentes deste primeiro trataram dos seguintes temas, que deram título aos editoriais: “A dívida interna”, “A questão do congelamento”, “Liberalização do comércio”, “Abertura da economia”, “Imposto Único”, “Reforma patrimonial”, “A questão social”, “Desafio da credibilidade”, “A dívida [externa] em questão”.

inviabilização do programa antiinflacionário. (...) é a própria sobrevivência da sociedade brasileira que está em jogo. (...) não há condições práticas, não há espaço real para propor alternativas ao que foi feito. (...) trata-se de escolher entre tudo ou nada (...) Não há como recuar. (...)” (*FSP*, 19/03/90, ênfases nossas).

Assim, para a *FSP* não há nada que o Congresso ou a Justiça pudessem fazer, pois a situação caótica da economia exigiria combate sem tréguas à inflação – independentemente da infringência de direitos, infere-se. Daí ser “Tudo ou nada”, título deste editorial. Tal postura nada tem de liberal, note-se, e sim de puro pragmatismo. Ora, quando da aludida “invasão” da Polícia Federal à sede do jornal, há uma brutal reviravolta, pois a *FSP* não apenas lança-se numa campanha anti-Collor, chamando-o de fascista, num claríssimo propósito de fazer deste fato um verdadeiro acontecimento político, com implicações à liberdade de imprensa. Em verdade, embora correta, excetuados os exageros, a acusação de autoritarismo do novo governo, que se tornara altamente autônomo nos primeiros meses de gestão, o fato é que o jornal procurou “capitalizar-se” politicamente com este episódio<sup>7</sup>. A mudança de discurso do jornal se faz de forma tão repentina e contamina de tal modo sua posição sobre o Governo e

---

<sup>7</sup> É interessante observar que o *JB*, em sintonia, aliás, com as contendas regionalistas que mantêm – assim como *OG*, embora, este, em medida bem menor – com o estado de São Paulo, sobretudo com o empresariado, afirmou indiretamente que a *FSP* estaria superestimando este episódio, pois, para o *Jornal do Brasil*: “(...) Está se fazendo barulho demais em torno dos banqueiros, donos de supermercados e jornais, e das nossas elites empresariais, notadamente as de São Paulo. Todos são brasileiros e estão sofrendo com o congelamento das aplicações financeiras.” (*JB*, 24/03/90, ênfases nossas). Esta passagem demonstra, além do mais, a nova postura “governista” que vimos apontando.

Por outro lado, note-se que a *Folha de S. Paulo* irá reclamar da postura, não apenas do *JB*, mas (que considerou ser) da mídia como um todo, a respeito do processo movido por Collor contra dois jornalistas e o editor-responsável do jornal, acusando-os de difamação e calúnia. Em editorial de capa, na verdade uma “Carta aberta ao sr. presidente da República” (título do editorial), em que procura deixar claro as considerações (críticas) sobre a gestão Collor como forma de demonstrar que o jornal não se intimidaria com o referido processo, também critica a postura não solidária da imprensa: “Não deixa de ser curioso que esteja sendo levada a julgamento, sob *silêncio acovardado e interesseiro de quase toda a mídia*, a única publicação brasileira que mantém uma seção diária de retificações e que remunera um de seus profissionais pela exclusiva missão de criticar pública e asperamente as suas próprias edições. (...) *O que está em jogo é saber se é possível existir um jornal como este num país como o nosso.*” (*FSP*, 25/04/91, ênfases nossas). Fica claro portanto a contenda da *FSP* com seus pares, tendo em vista razões políticas e comerciais, contenda esta que será eclipsada no que tange à confluência ideológica, enfatize-se. Por seu turno, o cabotismo expressa-se em toda a sua plenitude, como é facilmente perceptível, mas chega ao paroxismo com a campanha que o jornal promoveu na TV colocando-se como vítima de um governo algoz.

Por fim, o jornalista Carlos Eduardo Lins e Silva, da *FSP*, também criticou, em artigo publicado no mesmo dia do editorial de capa (e denominado “Imprensa, corporativismo e solidariedade”), a suposta omissão da imprensa, pois, para ele: “Observa-se até certo prazer em setores da categoria [jornalística perante o processo de Collor contra jornalistas do jornal – FF]. Alguns não conseguem separar do aguerrimento na disputa pelo mercado da cooperação indispensável para que todos possam praticá-la. (...) O momento exige solidariedade (...)” (*FSP*, 25/04/91, Seção Tendências e Debates, pág. 3). Reitere-se que mesmo antes de findar-se o processo judicial, com o seu arquivamento, o jornal manteve-se ao lado de toda a grande imprensa no que tange à implementação da hegemonia ultraliberal, o que implicou a desqualificação dos adversários da Agenda que a viabilizaria. Portanto, as disputas político/comerciais são absorvidas na luta maior dos *aparelhos privados de hegemonia* na contenda que se travou durante o Governo Collor.

mesmo sobre o Plano Collor, que mesmo o leitor pouco atento se daria conta. Ocorre, contudo, que em nome da democracia, da ordem jurídica, do Estado de Direito – argumentos silenciados até à “invasão” –, o jornal transforma radicalmente seu discurso. Assim, num editorial de primeira página – excepcional na *FSP* – e denominado “A escalada fascista”, inicia a mudança de sua posição em franco contraste com o que dizia até o dia anterior:

“Assassinos da ordem jurídica, anunciadores do tumulto fascista que se desencadeia sobre a sociedade brasileira, esbirros de uma ditadura ainda sem nome – ‘Era Collor’?, ‘Brasil Novo’? – invadiram ontem a Folha de S.Paulo. *Este fato culmina a série de agressões, de arbitrariedades e de violências que, em nome do combate à inflação, configuram um clima de terrorismo de Estado só comparável ao dos períodos mais infames e vergonhosos da história brasileira.*” (*FSP*, 24/03/90, ênfases nossas).

Como se vê, até este episódio o jornal requeria que o Congresso e a Justiça apoiassem todos os atentados à ordem constitucional, mas, agora, reverte completamente. Por isso, o tom dos comentários sobre o Plano Collor perderá qualquer entusiasmo; quanto ao Governo Collor, a *FSP* estará integralmente na posição. Assim, passa a pregar o “entendimento” entre os Poderes, pois: “Previsivelmente complexo e delicado, o processo de votação do Plano Collor no Congresso impõe, acima de tudo, um esforço de entendimento e de cooperação entre o Executivo e o Legislativo.” (*FSP*, 04/04/90). Embora mantivesse a opinião da irreversibilidade do congelamento monetário, substitui o discurso do “tudo ou nada” pela defesa da negociação do Plano, procurando com isso retirar o alto grau de autonomia assumido pelo presidente da República.

Apenas *OESP* irá destoar deste apoio inicial ao Plano, o que não deixa de ser paradoxal em razão das expectativas positivas do jornal perante o Governo Collor, posição contudo plenamente coerente tendo em vista sua filiação doutrinária ao liberalismo. A “lua de mel” do jornal para com Collor vai exatamente do início do segundo turno das eleições ao dia 16/03/90, quando da edição do Plano Collor. Nesse interregno, *OESP* considerou que Collor estaria “Repondo o Brasil nos trilhos” – título de um editorial que comenta a viagem do então presidente eleito ao exterior para reatar as relações do país com a comunidade internacional. Afirma que Collor:

“(…) não deixa de lembrar (…) que foi eleito para cumprir uma missão, que é renovar costumes políticos e criar as condições institucionais que permitam (…) reformar o Estado, jugular a inflação, pôr fim à



especulação financeira (...) e pôr fim a um sistema de privilégios que premiam a ineficiência.” (*OESP*, 27/01/90).

Afinal, o: “(...) presidente eleito (...) tem mostrado capacidade indiscutível de se sintonizar com o mundo contemporâneo (...)” (*OESP*, 30/01/90). Como se vê, a expectativa para com o Governo que se iniciaria era enorme, o que implicaria forte apoio do jornal. A sintonização de Collor com o que estaria ocorrendo no mundo, sintetizado pela Agenda liberal, será o mote fundamental para *OESP* apoiar inicialmente, de forma entusiástica, o futuro governo. Afinal, afirma serem as medidas econômicas “Um Plano em revisão”, título de um editorial que, embora considere: “(...) que sua arquitetura, a sua coerência interna (...) [seja] altamente respeitável.” (*OESP*, 18/03/90), não poupará, na essência, seu intervencionismo, pois:

“(...) A transferência de recursos do setor privado para o setor público, ainda que seja feita com a melhor das intenções, é excessiva (...)

“(...) O Plano Collor [é]: “(...) marcado por um intervencionismo exagerado tanto no que se refere à fixação dos salários, quanto dos preços. (...)

“(...) Era necessário reduzir (...) [a] liquidez (...) [mas] O importante é notar que a *dose* do Plano Collor foi excessiva. (...)

“É pena que (...) a opinião pública não tenha reagido contra o espírito antiempresarial traduzido na medida provisória contra os abusos do poder econômico (...) o Poder Executivo poderá transformar-se no alçoz da atividade econômica.” (*OESP*, idem, ênfases do jornal, grifos nossos).

Embora haja ainda uma certa moderação nas críticas, pois, além do mais, um jornal – por mais doutrinário que seja, e nunca o é integralmente – não pode se afastar demasiadamente de seus leitores assim como das posições do cidadão médio, sobretudo em conjunturas candentes como esta, o fato é que *OESP* irá rapidamente radicalizar seu discurso oposicionista perante o Plano, considerado antiliberal, apesar de suas alegações liberais: esta disjuntiva será vigorosamente rejeitada. É aqui que o jornal voltará sua defesa, como autêntico “partido do Capital”. É por isso que acredita que, com o Plano: “(...) a tarefa dos liberais, longe de esgotar-se, ganha maior responsabilidade, pois o Estado está financeiramente mais forte e poderá tornar-se administrativamente mais capaz.... (...) o Estado controlou a produção e o consumo, ou pelo menos tem as condições para tanto.” (*OESP*, 10/04/90).

Portanto, nuances e particularidades à parte, tanto o Governo como o Plano Collor são, *inicialmente*, apoiados pela grande imprensa; por mais que um e outro

perdessem apoio, essencialmente deu suporte ideológico à Agenda ultraliberal. Nesse sentido, mesmo os periódicos mais críticos, como os paulistas, fizeram questão de separar o “governo” da “Agenda”, pois, no ideário dos jornais, esta última se manteve como necessária à “modernização” do país. Assim, por mais que o governo e o Plano fossem criticados em vários aspectos, o apoio dos periódicos à maior parte de suas intenções na área econômica fora ostensivo. Aliás, as cobranças e críticas diziam respeito ao *ritmo*, considerado lento, das privatizações e da abertura comercial, entre outros aspectos, mas no interior de uma Agenda desde antes demandada pela grande imprensa. Esta intrincada relação, dentre outras variáveis, permite-nos compreender os caminhos sinuosos da grande imprensa brasileira<sup>8</sup>.

### **A Agenda Ultraliberal e a Representação Social da Grande Imprensa**

Vejamos, então, como a grande imprensa retrata especificamente a Agenda ultraliberal, que se insere na idéia – mistificadora e perene, como aludido – de “modernidade”. O *Jornal do Brasil*, enfatizará fortemente a necessidade de o Brasil transformar seu modelo de desenvolvimento, sobretudo em virtude das mudanças ocorridas no mundo todo: da queda do socialismo à liberalização das economias latino-americanas. Estes eventos deveriam servir de lição ao Brasil, pois:

*“A lição que vem do Leste europeu deveria ser estudada a fundo pelas elites dos países sul-americanos. Não foi meramente o fracasso do modelo de economia centralizada – a partir do planejamento estatal – que ruiu. Caiu por terra uma concepção de economia autárquica, fechada ao contato com o mundo no comércio exterior (...)*

*“A crescente interdependência entre empresas, países e sistemas econômicos é o fato mais marcante do final da década (...)*

*“A América do Sul precisa aposentar a retórica e a mentalidade nacionalista ultrapassada para não ficar acorrentada ao atraso. (...)*

Ao longo de décadas, este sistema incrustou vantagens a grupos empregados na máquina do próprio Estado e a cartórios empresariais amparados pelos subsídios, favores e reservas de mercado oficiais.

*“Substituir esse modelo arcaico – responsável pelo atraso e pela extrema desigualdade na distribuição de renda – por um modelo moderno de economia de mercado, exposto à ampla concorrência internacional, significa mexer em muitos privilégios.” (JB, 03/01/90, ênfases nossas)*

---

<sup>8</sup> É curioso observar como o *ombudsman* da FSP, em sua coluna do dia 18/03/1990, retrata os posicionamentos dos quatro jornais de forma extremamente semelhante à que estamos aqui discutindo, embora com palavras mais suaves quando se refere à FSP, por motivos óbvios. Embora com uma autonomia bastante relativa, a coluna em foco vez por outra levanta problemas críticos referentes à grande imprensa.

Como se observa, antes de tudo o editorial compara o leste europeu (socialista) aos países latinos (capitalistas), o que é, para dizer o mínimo, uma estratégia ideológica, pois não se faz qualquer mediação entre regimes políticos e sistemas econômicos completamente díspares. Da mesma forma, o *JB* – assim como toda a grande imprensa – oporá o “nacionalismo atrasado” dos países subdesenvolvidos, entre os quais fundamentalmente o Brasil, ao “liberalismo moderno” dos países desenvolvidos. Tal postura é também claramente ideológica, na medida em que, como os próprios jornais vez por outra denunciam, os países ditos desenvolvidos são altamente protecionistas e, portanto, nacionalistas. Esta contradição, contudo, permanecerá omitida. Por fim, a passagem acima clama pela substituição do modelo de desenvolvimento, como dissemos, tendo em vista o país adentrar à *modernidade*. Dessa forma, o desafio brasileiro seria justamente o de promovê-la, pois:

“O dilema nacional nunca foi tão transparente como agora: se o moderno não ganhar, o Brasil pode mergulhar numa noite medieval em plena modernidade. Para combater a inflação (...) e também para combater outros problemas (...) é necessário reformular o Estado brasileiro, aliviando-o dos excessos, a fim de fortalecê-lo. (...)

“(...) *A proposta de tirar o Brasil da linha de frente do Terceiro Mundo para colocá-lo em qualquer lugar do Primeiro Mundo é exatamente a resposta à grande aspiração de mudança detectada em todos os estratos da sociedade.*” (*JB*, 15/03/90, ênfases nossas)

A mística do “primeiro-mundo”, em que o Brasil poderia adentrar caso promovesse as reformas liberais e modernizantes é generalizada na grande imprensa. Há, nesta imagem, tanto uma *simplificação*, no limite do sofisma, como uma *contradição*, mas que é estrategicamente ocultada. A simplificação – na verdade uma vulgarização retórica que se pretende passar como “argumento” – diz respeito à idéia de que basta seguir este modelo de reformas, para, mais cedo ou mais tarde, pertencer ao tão sonhado “primeiro-mundo”. Quanto à contradição, diz respeito ao fato de que, se diversos países, de todos os quadrantes e com tradições e sistemas político/econômicos díspares estão, há muito mais tempo, promovendo reformas “orientadas para o mercado”, modernas portanto, por que então já não fariam parte, ou estariam próximos, do “primeiro-mundo”, caso, por exemplo, do Chile, que desde 1973 promove as reformas reclamadas pela grande imprensa brasileira? Tanto esta indagação como sua resposta são simplesmente omitidas por razões claramente estratégicas. Ora, se isto é válido para o doutrinário *JB*, também o será para o “pragmático” *OG*, para quem:

“Não se faz *modernização* sem enxugamento, dado o pendor que o Estado tem pelo próprio agigantamento e dada, no Brasil, uma longa tradição de relação clientelista do Estado com a sociedade. (...) Esse enxugamento precisa ser articulado com *descentralização, desburocratização e desregulamentação*. (...) [para tanto] requer-se uma verdadeira *revolução cultural*. (...) é aí que se insere (...) a oportunidade estratégica da *privatização* (...)” (OG, 22/08/90, ênfases nossas).

Como se vê, diversos pontos da Agenda ultraliberal são expressos de forma muito semelhante tanto pelo *JB* como pelo *OG*. Não se trata de mera coincidência, dado que o veto a qualquer aproximação do Brasil com o “terceiro-mundo”, por exemplo, também é verificado em *OG*, pois o Brasil surgido da vitória de Collor:

“Não é um Brasil autoconfinado numa separação rancorosa ou ressentida de outros mundos e centros políticos e que por isso teria assumido o rótulo de Terceiro Mundo. É um país consciente da interdependência que hoje subentende as relações dos que outrora pareciam irremediavelmente divididos – mas ao mesmo tempo desejoso de pôr à prova sua capacidade de competir. (...)”  
“É mais que hora de se abandonar uma concepção de Terceiro Mundo (...)”  
“(...) será mostra de covardia (...) quedar-se em lamúrias por nosso atraso histórico (...) Ou condenar-se, por falta de determinação política, a escrever sem fim uma História reflexa.” (OG, 24/02/90)

Logo, se não devemos nos considerar um país de “terceiro-mundo”, ou estamos no limbo ou caminhamos para o “primeiro-mundo”, possibilidade esta dependente da aplicação das reformas “modernizantes”. Afinal, uma das teclas mais batidas por toda a grande imprensa diz respeito à privatização que, para *OG*: “(...) é modernização. (...) é a quebra de tabus; (...) é o abandono de crenças que se introduziram repisando-se preconceitos e repetindo-se slogans. *A privatização é a modernização*, por imperativo de racionalidade (...)” (OG, 23/08/90, ênfases nossas). Portanto, não há dúvidas de que a adesão à Agenda é, com poucas nuances, igual entre ambos os jornais, o que inclui os periódicos paulistas, como veremos abaixo.

A *Folha de S.Paulo*, embora reconhecesse a importância histórica do Estado para o desenvolvimento econômico no Brasil – afinal, voltou-se ao ultraliberalismo, tal como *OG*, apenas a partir da moratória da dívida externa<sup>9</sup> –, acredita ter falido a atuação estatal, pois:

“(...) nos anos 80 vieram à tona as evidências de que não mais se adequava às necessidades da economia brasileira. (...)”

---

<sup>9</sup> Ver FONSECA, Francisco. *O Consenso Forjado*, op. cit.

“Após um processo de ininterrupto crescimento, o setor estatal foi se revelando praticamente ingovernável; ganhou uma tal autonomia decisória, acumula tal número de privilégios corporativos, abriga tão variadas contradições e conflitos internos de interesse, que resiste a tentativas isoladas e parciais de racionalização. (...)

“(…) O programa de estabilização [Plano Collor] acentuou, na verdade, o poder de intervenção do Estado sobre a economia. Trata-se de apontar para uma reversão cabal dessa tendência. *Desestatização, desburocratização, reforma completa no padrão de interferência do poder público são componentes essenciais de um programa de efetiva modernização do país.* Quanto a este objetivo, nada, exceto conclamações de oratória, tem sido apresentado pelo governo Collor até aqui.” (FSP, 25/04/90, ênfases nossas)

O título deste editorial, “Mudar o Estado”, sintetiza o novo papel que tanto a FSP como o OG desempenham desde as crises dos planos de estabilização da “Nova República”. O renitente tema da “modernização” permanece aqui presente como uma marca indelével da grande imprensa. No caso da FSP, por outro lado, as críticas ao Governo Collor – sempre após a “invasão” do jornal – imiscuem-se a praticamente todas as suas considerações sobre a gestão econômica do país. Tal oposicionismo, contudo, não a impedirá de aplaudir medidas que julgasse corretas ao mesmo tempo que tenha procurado influenciar as ações do governo; o fará, no entanto, com comedimento e sempre apontando a maneira “autoritária” de governar de Collor. Por isso, ao apoiar medidas desregulamentadoras decretadas, acredita que: “É indispensável que o governo não se limite às medidas anunciadas; a firmeza na divulgada intenção de retirar o peso estatal da esfera produtiva é condição sine qua non para *reduzir a distância hoje existente entre o Brasil e as economias que lideram hoje o cenário mundial.*” (FSP, 02/08/90, ênfases nossas). Em outras palavras, para o Brasil chegar ao “primeiro-mundo” seria necessário aplicar a tão propalada Agenda ultraliberal.

Ora, mas oposicionismo *de fato*, pois motivado por razões doutrinárias, foi desenvolvido pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, como aludimos. Isto não impediu, contudo, que a Agenda ultraliberal fosse apoiada fortemente pelo jornal, consentâneo ao seu auto-proclamado liberalismo. Afinal, para OESP:

“(…) a livre iniciativa encontrou os caminhos para impedir que a economia parasse; por sua vez, o Estado parece estar parado. (...) pouco adiantará falar no programa que se apresentou antes das eleições, pois ele foi brutalmente rasgado na ‘Sexta-feira negra’, 16 de março [data da edição do Plano Collor – FF].” (OESP, 25/04/90).

Como se nota, o oposicionismo será levado adiante sempre em nome do liberalismo – é claro que algo semelhante alega a FSP, mas as razões são bem

diferentes das de *OESP*. Para *OESP*, a “modernidade” prometida por Collor, e apenas tenuemente cumprida por este, faria parte do mundo contemporâneo, como afirma num sintomático editorial intitulado “A modernidade como destino”, pois:

“A tendência predominante de nossa era – o curso que os estadistas devem identificar – mostra que *o caminho da modernização* passa pelo da democracia política; que as sociedades que vivem em abundância são aquelas que controlam o Estado e não são por ele dominadas; que somente prosperam os países que se abrem para o mundo e se dispõem à integração em blocos econômicos e políticos.” (*OESP*, 27/02/90, ênfases nossas).

Haveria, portanto, uma forma de ser “moderno”, forma essa na qual o Brasil precisaria se inspirar (a Agenda ultraliberal), única maneira de adentrar ao “primeiro-mundo”<sup>10</sup>. Por isso, certas medidas do Governo Collor seriam fortemente apoiadas, tais como a privatização, a desregulamentação da economia e a diminuição do aparato do Estado, pois, no caso deste último: “(...) com o efetivo enxugamento da máquina estatal, que está levando a efeito, o governo dá um grande e positivo passo no rumo da *modernização* do País.” (*OESP*, 07/07/90, ênfases nossas). Portanto, reitera-se que os quatro jornais defendem praticamente as mesmas idéias por meio da formulação das mesmas imagens e se utilizam da mesmíssima retórica, embora considerassem a si mesmos plurais.

### **À Guisa de Conclusão**

Procuramos demonstrar como, numa conjuntura particularmente decisiva, como foi o Governo Collor, a grande imprensa se posicionou favoravelmente ao seu governo e mesmo ao Plano de estabilização tendo em vista a implementação da Agenda Ultraliberal. Observou-se como a luta pela obtenção da hegemonia ultraliberal aproximou jornais com histórico e perfis muito diferentes entre si. A grande imprensa, portanto, propôs as mesmas políticas, procurou *dirigir* a sociedade – sobretudo os centros decisórios e outros pólos de poder–, formulou as mesmíssimas imagens acerca da “modernidade” e da inserção do Brasil no (mágico) “primeiro-mundo”, entre outras formas de agir. Embora os periódicos tivessem se posicionado de forma díspar, isto é, apoiando ou criticando o Governo Collor, e tido uma maior ou menor transigência para

---

<sup>10</sup> Embora a aplicação da Agenda ultraliberal como um todo, na íntegra, não fosse uma demanda dos periódicos, que aparentemente sabiam que sua implementação nestes moldes seria impossível, continuaram a demandar pela efetivação de diversos de seus pontos, entre os quais a privatização e a abertura da economia são apenas os aspectos mais visíveis. A Agenda em foco é portanto um cipoal de influência crucial e decisivo à toda grande imprensa.

com instituições (caso do Congresso), o fato marcante diz respeito à confluyente adesão às reformas liberalizantes, espelhadas no que “ocorria no mundo”. Isso implicou relacionar reformas em países os mais díspares como se fossem as mesmas, estando o Brasil, desta forma, dissonante da “modernidade”, o que significaria perder o “bonde” da história.

Por fim, cabe dizer que o papel da grande imprensa efetivamente não foi o de discutir idéias, embora seus órgãos afirmassem expressar as diversas “correntes de opinião”. Seu papel fundamental na conjuntura em questão foi obter a hegemonia, o que implicou um verdadeiro “vale tudo” político/ideológico, tal como numa guerra, que, no caso da contenda ideológica, manifesta-se como *guerra de posições*, de acordo com a formulação de Antonio Gramsci. Dessa forma, a grande imprensa forjou fortemente o consenso em torno das idéias ultraliberais no Brasil, com efeitos diversos observáveis até hoje, sobretudo o desemprego, a desnacionalização e a maior dependência do capital externo.

### **Referências Bibliográficas**

- ALTHUSSER, Louis. *Idéologie et appareils idéologiques d'État*. Paris: Éditions Sociales, 1976.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa, Difel, 1989.
- EAGLETON, Terry. *Ideology, An Introduction*. Oxford, 1991.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e Política: A Dualidade de Poderes e Outros Ensaios*. São Paulo, Cortez, 1994.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere* (5 Vols.) R. de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.
- HARDIN, Russel. *Liberalism, Constitutionalism, and Democracy*. Oxford, Oxford University Press, 1999.
- KREINZ, Glória A. R. *Ideologia, Notícia e Mercado – A pós-modernidade tecnocrática da Folha de S.Paulo*. Tese de Doutorado, ECA/USP, 1990.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalismo Econômico*. São Paulo, Edusp, 2001.
- KUNCZICK, Michael. *Conceitos de Jornalismo*. São Paulo, Edusp, 1997.
- LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. *Os Mil Dias*. Tese de Livre Docência. ECA/USP, 1987.
- LIPPMANN, Walter. *Public Opinion*. New York, Free Press Paperbacks, 1997.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *Imprensa e Capitalismo (org.)* São Paulo, Kairós, 1984.
- MELO, José Marques de. *A opinião no Jornalismo Brasileiro*. Petrópolis, Vozes, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Estudos de Jornalismo Comparado*. São Paulo, Pioneira, 1972.
- PARSONS, Wayne. *The Power of the Financial Press*. New Jersey, Rutgers University Press, 1990.
- SAUNDERS, Peter e HARRIS, Colin. *Privatization and Popular Capitalism*. Buckingham, Open University Press, 1994.
- TASCHNER, Gisela. *Folhas ao Vento. Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.
- WEBER, Max. “Para una Sociologia de la Prensa” In Revista Española de Investigaciones Sociológicas, nº 57, jan-mar./1992. Centro de Investigaciones Sociológicas, Madrid.